



**ESTADO PORTUGUÊS**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**EXÉRCITO PORTUGUÊS**  
**COMANDO DA LOGÍSTICA**  
**DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

**Concurso Limitado por Prévia Qualificação com publicação no JOUE n.º G0005/2025**

**SECÇÃO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1.º**

**Objeto do concurso**

1. O presente procedimento destina-se à **Aquisição do serviço de transporte de material militar diverso, por via rodoviária-marítima-rodoviária, entre Portugal e a Eslováquia**, conforme especificado no Caderno de Encargos;
2. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências, determinados processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deve ser entendida como meramente indicativa, para melhor compreensão do descrito, e admitindo sempre solução equivalente, nos termos da lei.

**Artigo 2.º**

**Entidade Adjudicante**

Estado Português, Ministério da Defesa Nacional – Exército Português – Comando da Logística - Direção de Aquisições, Av. Infante Santo, n.º 49, 2.º Piso, 1399-056 Lisboa, Portugal.

Tel.: (+351) 213 912 000.

E-mail: [cmdlog.da@exercito.pt](mailto:cmdlog.da@exercito.pt)

Horário de Serviço: 09H30 às 12H30 e das 14H00 às 16H00.

**Artigo 3.º**

**Órgão competente para a decisão de contratar**

O Exmo. Tenente-General Quartel-Mestre-General, ao abrigo da Subdelegação de competências conferida pelo Despacho n.º 1913/2025, de S. Exa. o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão, publicado em DR, II série, n.º 29 de 11 de fevereiro de 2025.



**Artigo 4.º****Anúncio**

O anúncio do presente procedimento é publicado na 2.ª Série do DRE e no JOUE, sendo as peças do presente procedimento divulgadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP) acinGov, no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**Artigo 5.º****Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1. O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos serão disponibilizados na PECP, de acordo com o referido no artigo referente ao **Anúncio**;
2. Na impossibilidade de acesso à PECP, as peças encontram-se disponíveis para consulta nos serviços da Direção de Aquisições (DA) do Comando da Logística do Exército, sita na morada referida no artigo **Entidade Adjudicante**, no horário 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 16h00, todos os dias úteis, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**Artigo 6.º****Fases do concurso**

O presente concurso compreende as seguintes fases:

1. Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos, que consubstancia a fase pública do procedimento, destinada a verificar quais os candidatos que preenchem os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira, culminando com a decisão de qualificação e consequente envio de convite à apresentação de propostas aos candidatos qualificados;
2. Apresentação e análise das propostas e adjudicação, que consubstancia a fase de participação limitada do procedimento, destinada a escolher o adjudicatário, exclusivamente, de entre os candidatos qualificados.

**Artigo 7.º****Candidatos**

1. Podem ser candidatos pessoas coletivas que cumpram de forma comprovada requisitos mínimos de qualificação, comprovada nos termos exigidos no presente programa;
2. É candidato a pessoa coletiva, com as características referidas no n.º 1, que participar na fase de qualificação do presente Concurso, mediante a apresentação de uma candidatura, nos termos previstos no presente Programa do Concurso.



**Artigo 8.º****Concorrentes**

1. É concorrente, para efeitos do presente concurso, o candidato, ou agrupamento candidato, que, tendo sido qualificado, tenha apresentado uma proposta, na sequência de convite para o efeito, nos termos previstos no presente Programa do Concurso.
2. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.

**Artigo 9.º****Critério de adjudicação**

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, cumpridos todos os requisitos constantes do Caderno de Encargos;
2. Em caso de igualdade no valor das propostas apresentadas, será dada preferência à proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar na presença dos concorrentes (preferencialmente por meios telemáticos (Microsoft Teams) e com um aviso prévio mínimo de 24 horas) cujas propostas se encontrem empatadas, do qual será lavrada ata que será assinada por todos os presentes;
3. Na impossibilidade de comparência de um dos concorrentes pode o Júri, antes da realização do sorteio e caso entenda que tal se ficou a dever a facto não imputável ao concorrente, marcar nova data para a realização do mesmo. A falta de comparência que não seja devidamente justificada, implica a realização de sorteio (caso subsistam pelo menos duas propostas em situação de empate) e a ordenação em último lugar do concorrente que não compareceu;
4. Na eventualidade de nenhuns dos concorrentes comparecer, nos moldes previstos no n.º 3, esta Entidade Adjudicante reserva-se o direito de proceder à realização do sorteio, comunicando de imediato o resultado na PECP.

**Artigo 10.º****Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas ou propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados;
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas ou propostas:



- a. O Órgão Competente para a Decisão de Contratar, ou, a quem este delegar essa faculdade, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b. O Órgão Competente para a Decisão de Contratar ou, a quem este delegar essa faculdade, pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O Órgão Competente para a Decisão de Contratar ou, a quem este delegar essa faculdade, deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites;
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar ou, a quem este delegar essa faculdade, pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do mesmo diploma legal;
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na PECP utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto;
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Artigo 11.º**

#### **Classificação de documentos da proposta**

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário;
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo órgão competente para a decisão de contratar, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores;
4. Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve promover, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados;



5. Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, ou no prazo fixado no Programa do Concurso, o órgão competente para a decisão de contratar pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

## Artigo 12.º

### Assinatura Eletrónica

1. Todos os documentos que integram as candidaturas ou propostas têm que ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma eletrónica, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente Programa;
2. Os documentos que constituem as candidaturas e as propostas devem ser submetidos na plataforma eletrónica, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, após aposição da assinatura eletrónica nos termos do ponto anterior;
3. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt));
4. Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão do Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar;
5. Os documentos eletrónicos em padrão aberto, designadamente em *eXtensible Markup Language* (XML) e *Design Web Format* (DWF), são dispensados de aposição de assinatura eletrónica qualificada desde que sejam acompanhados por documento eletrónico com igual conteúdo em *Portable Document Format* (PDF), devidamente assinado nos termos do disposto no presente artigo que prevalecerá sobre os documentos em padrão aberto.



## SECÇÃO II

### Apresentação de candidaturas e qualificação dos candidatos

#### Artigo 13.º

##### Apresentação de candidaturas

1. As candidaturas elaboradas nos termos dos artigos referentes à Secção de **apresentação de candidaturas e qualificação dos candidatos** são apresentadas directa e exclusivamente na plataforma electrónica, devendo ser aposta em cada um dos documentos que a constituem, assinatura eletrónica qualificada, devendo ser submetida impreterivelmente, até às **23h59 do décimo quinto dia**, contado a partir da data do envio desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia;
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a candidatura não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante;
3. No caso previsto no número anterior, o invólucro é remetido por correio registado, endereçado para a Direção de Aquisições, sito na Av. Infante Santo n.º 49, 2.º Piso, 1399-056 Lisboa, ou entregue em mão, acompanhado do Modelo 004 - comprovativo de entrega nas instalações da Direção de Aquisições até ao prazo fixado para a apresentação de candidaturas, disponível em:  
<https://drive.google.com/open?id=1NbFbJMNP89HvkvhNSHI-YXk8zXSaC1II>
4. Para além dos casos previstos nos artigos referentes aos **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais e Classificação dos Documentos da Proposta**, o prazo de apresentação das candidaturas pode ser prorrogado a pedido dos interessados, em casos devidamente fundamentados, por prazo considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

#### Artigo 14.º

##### Qualificação dos candidatos

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação, nos termos do artigo 179.º do CCP, sendo qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos nas peças do procedimento.

#### Artigo 15.º

##### Requisitos mínimos de qualificação

Para o efeito de qualificação para o Procedimento, os candidatos devem possuir credenciação pelo Gabinete Nacional de Segurança (GNS), com Credenciação de Segurança Industrial nas categorias NACIONAL e NATO, no grau de CONFIDENCIAL ou superior.



**Artigo 16.º****Documentos para qualificação dos candidatos**

1. Sob pena de exclusão das candidaturas, devem instruir a mesma os seguintes documentos:
  - a. **Documento Europeu Único de Contratação Pública** em Anexo I ao presente Programa, devidamente assinado pelo candidato ou representante que tenha poderes para obrigar a empresa;
  - b. Documentos que comprovem o previsto no artigo anterior;
  - c. Documento que faça prova do poder de representação do assinante, e da sua qualidade/capacidade para obrigar a empresa.
2. Todos os dados contidos nos documentos de qualificação devem poder ser confirmados, sempre que tal se justifique, nomeadamente pela existência de dúvidas sobre a respetiva veracidade, por documentos comprovativos que o candidato apresente a solicitação da entidade adjudicante, ou por quaisquer diligências que esta efetue junto do candidato ou de terceiros, considerando-se que a mera apresentação da candidatura constitui autorização bastante do candidato para este efeito.
3. Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente autenticada.

**Artigo 17.º****Análise das candidaturas**

1. Após o termo do prazo para apresentação das candidaturas, o júri elabora um relatório preliminar da fase de qualificação, no qual deve propor a qualificação dos candidatos.
2. Esclarecimentos sobre os documentos da candidatura:
  - a. O júri do procedimento pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação que considere necessários para efeitos da análise das candidaturas;
  - b. Os esclarecimentos referidos no número anterior fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. No relatório o júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer candidatura, se for o caso;
4. O relatório preliminar da fase de qualificação é submetido a audiência prévia dos candidatos, a promover pelo júri, devendo estes pronunciar-se no prazo de 5 dias úteis, nos termos do disposto no artigo 185.º do CCP;
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas pelos candidatos e elabora o relatório final fundamentado, que submete, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, à apreciação e aprovação do órgão com competência para a decisão de contratar, podendo ainda determinar a exclusão de qualquer



candidatura se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 184.º do CCP;

6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma desqualificação de candidatos relativamente ao disposto no relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos do preceituado no n.º 2 do supracitado artigo 186.º do CCP.

### **Artigo 18.º**

#### **Notificação da decisão de qualificação**

O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação e notifica todos os candidatos da dessa decisão, juntamente com o relatório final da fase de qualificação.

## **SECÇÃO III**

### **Apresentação e análise das propostas e adjudicação**

#### **Artigo 19.º**

##### **Convite e apresentação de propostas**

1. Os candidatos qualificados receberão um convite à apresentação de propostas, em simultâneo com a notificação referida no artigo anterior, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º do CCP.
2. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
3. O convite contém as regras de apresentação e análise das propostas, independentemente das que são neste programa, obrigatoriamente fixadas, nos termos do n.º 2 do artigo 189.º do CCP.

#### **Artigo 20.º**

##### **Apresentação de propostas**

1. As propostas elaboradas nos termos dos artigos referentes aos **Elementos da Proposta e Assinatura Eletrónica** são apresentadas directa e exclusivamente na plataforma electrónica, devendo ser aposta em cada um dos documentos que a constituem, assinatura eletrónica qualificada, devendo ser submetida impreterivelmente, até às **23h59 do décimo dia**, contado a partir da data do envio desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia;
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante;
3. No caso previsto no número anterior, o invólucro é remetido por correio registado, endereçado para a Direção de Aquisições, sito na Av. Infante Santo n.º 49, 2.º Piso, 1399-056 Lisboa, ou entregue em mão,





acompanhado do Modelo 004 - comprovativo de entrega nas instalações da Direção de Aquisições até ao prazo fixado para a apresentação de propostas, disponível em:

<https://drive.google.com/open?id=1NbFbJMNP89HvkvhNSHI-YXk8zXSaC1II>

4. Para além dos casos previstos nos artigos referentes aos **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais e Classificação dos Documentos da Proposta**, o prazo de apresentação das propostas pode ser prorrogado a pedido dos interessados, em casos devidamente fundamentados, por prazo considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

## Artigo 21.º

### Apresentação de propostas variantes ou condicionadas

1. Não são admitidas propostas variantes;
2. Não são admitidas propostas condicionadas (proposta condicionada é toda aquela que fizer depender a sua validade de uma confirmação à posteriori de qualquer facto).

## Artigo 22.º

### Elementos da proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe fazê-lo, observando estritamente o disposto nos números seguintes;
2. O concorrente deve obrigatoriamente apresentar os seguintes dados e elementos:
  - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública disponível em:  
<http://www.base.gov.pt/deucp/welcome> ou <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>  
**Para instruções de preenchimento**, consultar:  
[https://drive.google.com/file/d/1nv3PmrKG5e4KKIP31o9n\\_Omk32\\_hDxy2/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1nv3PmrKG5e4KKIP31o9n_Omk32_hDxy2/view?usp=sharing)
  - b. Modelo 003 - Minuta da proposta disponível em:  
<https://drive.google.com/open?id=1-zhm64tf-xgg0RyhblbMSDZmis2s45S0>
    - (1) Deverá ser indicada qual a parte do preço final que corresponde ao seguro “All Risks” para as mercadorias militares a transportar;
    - (2) Estes links deverão ser copiados e colados no browser, preferencialmente no Google Chrome.
3. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis;
4. Os documentos da proposta acima identificados devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução autenticada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais;
5. Quando, pela sua natureza (ficheiro muito pesado ou extenso), qualquer documento, dos que constituem a proposta (com informação relativa às características técnicas do objeto concursal, nomeadamente catálogos), não possa ser apresentado na PECP, e desde que não faça referência alguma a preços ou



elementos da proposta, o mesmo deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se identifique o procedimento e a Entidade Adjudicante e remetido por correio registado, endereçado para **Estado Português, Ministério da Defesa Nacional – Exército Português – Comando da Logística - Direção de Aquisições**, Av. Infante Santo, n.º 49, 2.º Piso, 1350 Lisboa, PORTUGAL , ou entregue em mão, acompanhado do comprovativo de entrega, nas instalações da Direção de Aquisições, sediada na mesma morada, devendo a sua receção ser efetuada na referida Direção até ao prazo fixado para a apresentação de propostas;

6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
7. Os concorrentes deverão apresentar, nas suas propostas, o preço até ao máximo de duas casas decimais. No caso de inserção de um preço com mais do que duas casas decimais, apenas estas serão consideradas;
8. O valor da proposta não está sujeito a revisão cambial;
9. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a minuta referida na alínea b. do n.º 2 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
10. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data limite para a sua entrega;
11. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

### **Artigo 23.º**

#### **Esclarecimento sobre as Propostas**

1. O Júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 72.º, os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º, disposições estas do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.



**Artigo 24.º****Imperatividade**

A não observância do disposto em qualquer um dos artigos anteriores, determina a exclusão das propostas, devendo, no entanto, o Júri do procedimento solicitar aos concorrentes o suprimento das irregularidades formais da sua proposta ou candidatura que necessitam de ser supridas, e para as quais a Lei não preveja expressamente a exclusão da proposta.

**Artigo 25.º****Análise das propostas**

1. Após a análise das propostas o Júri elabora o Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas e/ou a sua exclusão, com a respectiva fundamentação, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
2. Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri envia-o, através da PECP, a todos os concorrentes para, querendo, se pronunciarem, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia;
3. Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora o Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor das conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas e/ou alteração de ordenação destas, caso em que este procederá a nova audiência prévia e à realização do subsequente Relatório Final;
4. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, não haverá lugar à fase de audiência prévia nem à elaboração dos Relatórios Preliminar e Final, ao abrigo do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

**Artigo 26.º****Adjudicação**

O objeto do presente procedimento será adjudicado à proposta que, uma vez aplicado o critério de adjudicação, seja classificada em primeiro lugar, e que, não tendo sido excluída por violação de qualquer das disposições constantes no Programa do Concurso e do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, cumpra todos os requisitos exigidos no Caderno de Encargos.

**Artigo 27.º****Notificação da adjudicação**

1. A decisão de adjudicação será notificada, através da PECP, a todos os concorrentes, acompanhada do



respectivo Relatório Final;

2. Com a adjudicação deve considerar-se o Adjudicatário igualmente notificado para:
  - a. Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos previstos no artigo referente aos Documentos de Habilitação do presente Programa para efeitos de habilitação prevista nos artigos 81.º a 85.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
  - b. Aprovar a minuta do contrato.

## **Artigo 28.º**

### **Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar**

1. Não há lugar à adjudicação quando ocorra alguma das situações previstas nas alíneas a) a g) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
2. Caso ocorra a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respectivos fundamentos, bem como das medidas a adotar subsequentemente;
3. A decisão de não adjudicação nos termos dos números anteriores, determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
4. Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 167.º do CPA, não haverá igualmente lugar à adjudicação, originando igualmente a revogação da decisão de contratar, quando, por força da obrigatoriedade do cumprimento de quaisquer disposições legais ou regulamentares, nomeadamente relacionadas com limitações relativas à realização de despesa por parte da Entidade Adjudicante, a mesma se vir impossibilitada de celebrar o contrato.

## **Artigo 29.º**

### **Caducidade da adjudicação**

1. Sem prejuízo das causas de caducidade da adjudicação já expressamente previstas no Programa do Concurso, no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, ou resultantes de outra legislação aplicável, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da Entidade Adjudicante ou do Adjudicatário ou por insolvência deste;
2. Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas no número anterior respeitem ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.



3. O Adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

## **SECÇÃO IV HABILITAÇÃO**

### **Artigo 30.º**

#### **Documentos de habilitação**

1. Para a celebração do contrato, o Adjudicatário deve obrigatoriamente apresentar à Entidade Adjudicante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, através da PECP, a seguinte documentação:
  - a. Declaração emitida conforme o Modelo 010 disponível em:  
<https://drive.google.com/open?id=1CSDseUx5dKf--q1EZApTXeDllo6kH4rv>
  - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual. Os documentos referidos nas alíneas d) e e) devem estar válidos por forma a dar cumprimento, respetivamente, ao disposto na alínea a) do artigo 213.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na sua redação atual e ao disposto no artigo 177.º-B do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na sua redação atual;
  - c. Certidão do Registo Comercial de constituição e das alterações do pacto social;
  - d. Comprovativo de Registo de Beneficiário Efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual.
2. Na eventualidade de o Adjudicatário ser um agrupamento de empresas, deverão ser submetidos os documentos referidos no n.º anterior relativos a cada um dos membros do consórcio Adjudicatário, bem como o respetivo contrato constitutivo de consórcio;
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do Adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias;
4. O Órgão Competente para a Decisão de Contratar pode sempre solicitar ao Adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito;
5. Os documentos exigidos no n.º 1 devem ser redigidos preferencialmente em Português, podendo, no entanto, os mesmos estar redigidos em Inglês;
6. O Adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do



Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado (<https://www.pnfe.im-pic.pt/pnfe/login.xhtml>), por forma a observar o disposto no n.º 10 do artigo 81.º do referido diploma, devendo fazer prova desse facto junto da entrega dos restantes documentos de habilitação.

### **Artigo 31.º**

#### **Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que seja imputável ao Adjudicatário, este não apresentar todos os documentos de habilitação:
  - a. No prazo fixado no corpo do n.º 1 do artigo referente aos Documentos de habilitação;
  - b. No prazo fixado pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
  - c. Redigidos em língua portuguesa ou inglesa, ou acompanhados de tradução em língua portuguesa devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Quando se verificarem as situações previstas no número anterior, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notifica o Adjudicatário para, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia;
3. Se, em função das razões invocadas, se apurar que a ocorrência das situações previstas no n.º 1 se ficou a dever a facto não imputável ao Adjudicatário, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação;
4. Sempre que se verifique qualquer outra irregularidade relativamente aos documentos de habilitação submetidos e que careça de suprimento, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar notifica o Adjudicatário para, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, proceder ao respetivo suprimento, sob pena de caducidade da adjudicação, observado o disposto nos números anteriores;
5. Perante a caducidade da adjudicação, com os fundamentos previstos no presente artigo, o Órgão Competente para a Decisão de Contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente;
6. Caso tenha sido apresentada apenas uma proposta, ou todas as restantes propostas tenham sido excluídas, a caducidade da adjudicação prevista no número anterior determina igualmente a revogação da decisão de contratar.



## SECÇÃO V

### CONTRATO

#### Artigo 32.º

##### Redução do contrato a escrito

Salvo nos casos previstos no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou suporte informático com a aposição de assinaturas electrónicas.

#### Artigo 33.º

##### Aprovação e aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao Adjudicatário, após aprovação pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação;
2. A minuta considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação **nos 5 (cinco) dias** subsequentes à respectiva notificação.

#### Artigo 34.º

##### Reclamações da minuta

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos;
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação;
3. Os ajustamentos ao contrato propostos pelo Adjudicatário, mas recusados, não serão inseridos no contrato a celebrar.

#### Artigo 35.º

##### Outorga do contrato

1. A Entidade Adjudicante remete ao Adjudicatário a versão final do contrato, em formato digital, o qual deverá ser assinado eletronicamente por representante do Adjudicatário com poderes para vincular o mesmo, e remetido à Direção de Aquisições, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia útil seguinte ao da data de envio do contrato;
2. Se, por facto que lhe seja imputável, a Entidade Adjudicante não outorgar o contrato no prazo fixado,



pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução (caso exista) que haja sido prestada, para além do direito à indemnização por todas as despesas e demais encargos com a elaboração da proposta e a prestação da caução;

3. Uma vez celebrado o contrato, e caso este esteja sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, os encargos com os respetivos emolumentos serão da inteira responsabilidade do Adjudicatário.

## **SECÇÃO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 36.º**

##### **Prevalência**

Nos termos do artigo 51.º do mesmo diploma, as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual prevalecem sobre quaisquer disposições das peças procedimento com elas desconformes.

#### **Artigo 37.º**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o não especificado no presente programa e caderno de encargos aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como todas as outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Direção de Aquisições em Lisboa, **10 de abril de 2025**

**CHEFE DA DIVISÃO DE CONCURSOS E CONTRATOS**

*(documento original assinado e arquivado)*

**DOMINGOS MANUEL LAMEIRA LOPES**  
**CORONEL DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR**

